

O SEMIÁRIDO E A EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS E OS PROCESSOS EDUCATIVOS

Rafael Alves Ramos

(Universidade Federal de Alagoas – UFAL, rafaelramos.bio@hotmail.com)

Pollyana Santos Coelho

(Universidade Federal de Sergipe – UFS, pollyana.coelho@yahoo.com.br)

Resumo: O semiárido brasileiro se apresenta como região peculiar. Os fatores climáticos e suas demais características geográficas fomentam modos de pensá-lo e de vivê-lo. Neste trabalho, reflete-se sobre o semiárido e a educação no semiárido na perspectiva de educação contextualizada. Utilizou-se como procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica. Como resultado, discute-se a necessidade de articulação dos diferentes saberes que tratam os fenômenos do semiárido buscando uma (re) contextualização do conhecimento, que promova a problematização. Como estratégia à superação de um currículo específico destaca-se a contextualização no ensino.

Palavras-chave: Educação contextualizada, Contextualização, Prática docente.

Considerações iniciais

A partir da entrada no curso de especialização em educação no semiárido, do campus sertão em Delmiro Gouveia, que tem como objetivo principal desenvolver conhecimentos científicos relacionados a fenômenos educativos nesta região foi-se percebendo, seja a partir de referenciais ou de discursos, ausentes práticas educativas contextualizadas com a realidade local em suas dimensões política, econômica, cultural e ambiental desta região.

Parte-se do pressuposto que uma educação contextualizada, potencializa os sujeitos na problematização de contextos historicamente construídos e que essa ação infere nas relações socialmente estabelecidas, na vivência dos sujeitos e na forma de olhar o lugar.

Para acontecer a educação contextualizada, inicialmente é necessária a reformulação de um currículo pensado e implementado pelas demandas dos movimentos sociais oriundos do semiárido. Portanto, durante o período de formulação da questão problema desta pesquisa, pensou-se como que os princípios norteadores da educação contextualizada possibilitam desenvolver metodologias no ensino.

O foco deste trabalho é refletir sobre a escolarização no semiárido na perspectiva da educação contextualizada, evidenciando possibilidades de *praxis* educativas em que supere a ausência de um currículo contextualizado.

Para alcançar o objetivo, a pesquisa está pautada na discussão do contexto do semiárido em geral; da educação no semiárido e as problemáticas de efetivação do ensino que considere o histórico cultural.

Dentre os principais pressupostos teóricos para discussão do trabalho, utiliza-se para caracterização do semiárido, os trabalhos de Silva (2006, 2007) e, para tratar da educação no semiárido o autor Lima (2008, 2011, 2014). Para balizar as concepções de educação e ensino, toma-se como base a perspectiva freireana em relação à abordagem dialógica; a linguagem no ensino e perspectiva histórico cultural de Vygotsky (2007).

Metodologia da pesquisa

Escolheu-se para esta pesquisa uma abordagem qualitativa por se tratar “de um aprofundamento na compreensão de uma situação prática, sem buscar representatividade numérica” (CORTEZ; DARROZ, 2017, p. 184).

Apresenta-se referencial teórico abrangendo aspectos do semiárido e da educação no semiárido, por meio das contribuições destes referenciais que expõem essas temáticas, o que torna a pesquisa bibliográfica em relação aos procedimentos técnicos e descritiva em seu caráter objetivo (GIL, 2007).

O semiárido em questão

Para entender o semiárido faz-se necessário o contextualizar. Um “contexto” segundo o dicionário de Caldas Aulete, entre outros, etimologicamente significa “enraizar uma referência em um texto, de onde foi extraída, e longe do qual perde parte substancial de seu significado” (MACHADO, 2005, p. 51). Para Whartha e colaboradores (2013), contextualizar torna-se uma estratégia fundamental para a construção de significados na medida em que incorpora relações tácitas.

O semiárido brasileiro entendido como um espaço dinâmico dotado de representações sociais carece ser compreendido em seu contexto, pois a partir do aproveitamento e da incorporação das relações vivenciadas e valorizadas no semiárido é que enraíza a construção de significados e possibilita o processo de contextualização (WHARTHA et al., 2013).

Diante disso, conhecer o contexto do semiárido, significa ter melhores condições para se apropriar, bem como construir saberes e informações em que permite pensa-lo mediante espaço complexo, que influencia e é influenciado.

O contexto do semiárido

Para Silva (2007, p. 470), “[...] o Semi-árido tem sido histórica e socialmente marcado pelas duradouras contradições e injustiças sociais. Os indicadores sociais nas áreas de saúde, educação e renda são os piores em relação à média nacional”. Sendo assim, pensando no contexto do semiárido brasileiro, o mesmo se apresenta ímpar em seus aspectos geoclimáticos. Caracterizado pela seca e má distribuição de chuvas, altos processos evapotranspiratórios tem como vegetação predominante a caatinga. Poucos mecanismos são desenvolvidos para a convivência com essa realidade.

Historicamente, o semiárido brasileiro sofre influências de estruturas ligadas a determinismos sociais, econômicos, políticos e religiosos, o que o torna um espaço “considerado” inapropriado ao desenvolvimento e crescimento econômico. Ao que se vê há conformismo e aceitação que perfazem o campo cultural dos sujeitos situados no território do semiárido (CASTRO, 2001).

A partir de discursos reproduzidos de correntes midiáticas e políticas, a construção imagética do semiárido é fortalecida como sendo uma região problema (SILVA, 2006). Para Lisboa (2007), o processo de regionalização tornou-se um discurso ideológico responsável por mascarar a realidade e apresentar outra, no qual todo o Nordeste foi homogeneizado e tratado como atrasado e apresentado como dependente do Estado.

No semiárido, considerando o regime político brasileiro que remete a políticas governamentais, uma das possíveis consequências da geração de populações empobrecidas e corroborando com a literatura, é a dificuldade no acesso a políticas de Estado permanentes. Os programas de governo ora ascendem, ora descendem, em outros casos não apresentam progressão.

Em vários lugares do semiárido, a água captada e os alimentos produzidos não são de boa qualidade, além de ser insuficiente para a manutenção de uma dieta familiar, o que torna a vivência dos sujeitos em função da busca por água e alimento (SILVA, 2006). A mecanização dessas atividades é retratada em livros, imagens, documentários e em noticiários. Pelo que se pode pensar, há poucas reivindicações cidadã, pressupondo então um conformismo e aceitação por parte dos sujeitos situados no território do semiárido.

Considerando a característica dos fatores climáticos, ainda no semiárido há atividades de cunho agropecuário, entretanto, restringem-se a territórios de pequena parcela de pessoas, ou seja, o domínio das terras e conseqüentemente domínio ao conhecimento necessário ao desenvolvimento da produção, seja animal, seja vegetal, historicamente se elitizou. O estado

de Alagoas, carregado pelo monopólio de terras causado pela agroindústria canavieira, é reflexo desse aspecto social.

Para Lima (2008, p. 21), “[...] os principais problemas do Semi-árido não são decorrentes, somente, das questões climáticas e ambientais, porém, dos processos sociais e políticos vivenciados historicamente”. Castro (2001) informa que “Visões particulares da natureza sempre alimentaram concepções políticas e as correntes deterministas da geografia deram importante contribuição aos seus discursos”.

Lisboa (2007) postula que como resultado da formação histórica e social do Brasil, da cultura do monopólio e do coronelismo, a massificação de estereótipos representa de certa forma o cotidiano arcaico do país, no qual de forma tangenciada, o Nordeste forçadamente se constituiu tal como região pobre.

O fato de tal elitização se promulgou pela organização socioeconômica, pela tardia ou pela falta de institucionalização de políticas públicas no Brasil (SILVA, 2006). Como exemplo de política pública está a educação como um “[...] direito de todos e dever do Estado e da família“ (BRASIL, 1988).

A mídia e as políticas de governo, ainda assim, reforçam a necessidade de combate e enfrentamento da seca, entretanto, há necessidade do firmamento de políticas que promovam a emancipação dos sujeitos mediante a construção de conhecimentos em torno do semiárido (LIMA, 2008). O conhecimento desenvolvido nas universidades situadas no semiárido, constitui grande importância na reflexão dessas configurações sociais, entretanto tacitamente se veem ações embrionárias que precisam ganhar *corpus*.

Em relação aos processos sociais, os problemas relacionados ao reconhecimento e pertencimento dos sujeitos nativos possibilitam conjuntos de visões tradicionalistas e simplistas a partir de heranças patriarcais.

Ao que se pode ver de forma empírica, os sujeitos atribuem conceitos estagnados aos seus locais e ao mesmo tempo, talvez devido à globalização ambicionem modelos de ascensão imediatistas baseado em sociedades materialistas e pouco há incentivo para a mobilização de buscas de desenvolvimento da sua região.

A constituição do semiárido brasileiro, sua proposta de povoamento e de formação cultural, distanciou o acesso à formação educacional, com isso, apenas filhos dos senhores de terras eram mandados para essas instituições. Por hora, a grande massa que povoou o semiárido, além de trabalharem em sistemas de agricultura de subsistência, são desprovidos de poder aquisitivo para tal.

A escola de massa, bem como a expansão da educação superior, de fato possibilitou o acesso a diferentes níveis de ensino. Com isso, esses espaços formativos tornaram-se lugares frutíferos a trabalhar a formação identitária a partir da desconstrução imagética, do imaginário social e do conformismo.

Na questão ensino, as perspectivas de trabalhar os diferentes saberes surgem como primordiais, uma vez que, tais saberes historicamente construídos devem ser ressignificados e recontextualizados. Nos processos formativos é necessária a incorporação desses saberes à cultura escolar.

Majoritariamente os ambientes escolares e acadêmicos são espaços propícios à provocação dessa mudança conceitual.

A Educação no semiárido

O debate sobre a democratização da educação e da escola, além de passar pela condição do acesso ao saber, diante de uma perspectiva pedagógico-crítica sobre o currículo, passa também pelas discussões da constituição do currículo escolar produzido e socializado aos diferentes saberes socioculturais (LIMA, 2014).

O próprio processo de escolarização, pensando nas propostas curriculares oficiais, impossibilita o envolvimento dos sujeitos com aspectos tangíveis e intangíveis locais que de fato são dotados de significados e de memória, no qual é necessária a ressignificação, implicando no processo de contextualização entre sujeito e lugar requerendo estratégias em que resgate as formas de saberes e possibilitem o diálogo, vislumbrando novos sentidos. Neste aspecto, a instituição escolar se torna um espaço propício à essa transformação.

Diante disso, os movimentos sociais reivindicam a criação de espaços no currículo escolar em que aconteçam socializações e diálogos entre os diferentes saberes que são produzidos no contexto sociocultural (LIMA, 2014).

Santomé (1998) evidencia o fato dos currículos serem construídos a partir de bases epistemológicas vinculadas ao pensamento positivista. Esse fato é claro quando se observa a proposta de desenvolvimento das ciências que atrela sua produção de conhecimento ao método científico, desvinculado de contextos e implicações sociais, como se o próprio desenvolvimento da ciência não sofresse avanços e retrocessos das estruturas sociais. Com isso, percebe-se a supervalorização do trabalho científico e ao mesmo tempo o distanciamento da realidade encontrada nas regiões como no caso do semiárido.

Saviani (2009) acrescenta que o acesso ao conhecimento científico deve ser um direito assegurado às classes populares, a partir da escola. Moreira e Candau (2007) ressaltam a importância do conhecimento escolar que facilite ao aluno a compreensão da realidade em que ele está inserido, possibilitando ações conscientes mediante a ampliação do seu universo cultural.

Esses processos de contextualização no ensino estão associados ao desenvolvimento de estratégias didático-pedagógicas que ampliem o diálogo entre conhecimentos científicos e os saberes socioculturais (LIMA, 2014).

Para Lima (2014), as políticas “[...] além de ignorar o contexto sociocultural dos sertanejos, reproduzem um conjunto de ideias e valores que descaracterizam seus modos de ser, pensar e agir.” (p. 245). Com isso, a ressignificação dos símbolos e das representações sociais em um desenvolvimento curricular proposto pela educação contextualizada, podem bloquear os processos de aculturação.

A formação de sujeitos no semiárido não deve ser uma formação consolidada apenas no campo do saber científico, deve sim conjugar com os saberes culturais de forma ponderada na busca de um pensamento racional, no qual permita os sujeitos lidar com as peculiaridades, enxergando assim as potencialidades e visionando transformações.

Segundo Lima (2011), a proposta de educação contextualizada no semiárido, baseia-se na reflexão e ação do sujeito, no qual possibilita o entendimento histórico da produção humana. Essa educação se constrói de forma “[...] participativa, dialógica e problematizadora [...]” (p. 246) possibilitando a criticidade em relação às condições socioculturais, bem como as opressões, exclusões, relações sociais e estruturais instituídas na região.

Considerações finais

Partindo das reflexões elucidadas, as disciplinas escolares devem se encarregar de discutir fenômenos do semiárido, buscando uma (re) contextualização do conhecimento na busca de um ensino em que manifeste nos sujeitos criticidade para a busca de formas sustentáveis que permitam o sucesso da convivência com o semiárido (LIMA, 2008), possibilitando através de estratégias como, por exemplo, a contextualização no ensino.

Para isso, é pertinente que para o sucesso de uma educação no semiárido, seja necessário considerar uma proposta de currículo contextualizado e interdisciplinar (LIMA, 2014), bem como de propostas pedagógicas que levem em consideração tais especificidades.

A criação do programa de pós-graduação em educação no semiárido constitui um exemplo de proposta curricular em que fomenta a discussão de relacionar necessidades educacionais de modo geral e também direcionada às necessidades locais específicas.

O processo de mediação a partir da prática docente deve explorar o entendimento da ciência real aliada a problemáticas sociais e a atividade humana, sendo o tratamento de uma ciência presente e ativa.

Com isso, o ensino em si, o projeto escolar, deve tomar rumo à contextualização, uma vez que, o conhecimento unidirecional apresenta distanciamento e não entram no jogo didático de representação que se interliga na dinâmica espacial do semiárido.

Pensar em educação no semiárido é pensar em um currículo multicultural, dinâmico e que em sua essência apresente possibilidades metodológicas de contextualização e contextualização social¹ para um desenvolvimento de possíveis situações problematizadoras, que venham a surgir no exercício de construção do saber.

A contextualização no ensino surge com uma das alternativas de discutir diferentes contextos de significado na educação em geral e do semiárido possibilitando a consolidação de saberes mais concisos e ao mesmo tempo torna o sujeito ativo no processo, eximindo de qualquer passividade que se assemelhe a educação bancária (FREIRE, 1974).

Referências

ARAÚJO, J. F. S. de. **O currículo e as práticas pedagógicas (des) contextualizadas da escola no campo do semiárido paraibano**. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Brasília: MEC/CNE, 1998.

CASTRO, I. E. **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. In: Rozendahl, Z.; Corrêa, R. L. (Org.) Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 103-133, 2001.

CORTEZ, J.; DARROZ, L. M. A contextualização no ensino de ciências na visão de professores da educação básica. **Revista Thema**, v. 14, n. 3. p. 182-189, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

¹ Entende-se a contextualização social como uma demanda da educação contextualizada (LIMA, 2014) em que busca aliar o conhecimento científico ao sociocultural. Já a contextualização em sua terminologia é compreendida como dotada de diversas significações e abrange diferentes compreensões no ensino.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, E. S. **Formação continuada de professores no semi-árido**: valorizando experiências, reconstruindo valores e tecendo sonhos. 2008. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2008.

LIMA, E. de S. Currículo contextualizado no semiárido: repensando o processo de seleção e organização do conhecimento escolar. **Espaço do currículo**, v.7, n.2, p. 243-253, mai./ ago. 2014.

LIMA, J. F. L.; PINA, M. S. L.; BARBOSA, R. M. N.; JÓFOLI, Z. M. S. A contextualização no ensino de cinética química. **Química Nova na Escola**, Rio de Janeiro, n. 11. p. 27-29, 2000.

LISBOA, J. B. **A trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança**. 2006. p. 288. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe.

MACHADO, N. J. Interdisciplinaridade e contextualização. In: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): fundamentação teórico-metodológica**. Brasília: MEC; INEP, p. 41-53, 2005.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígena em Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, R. M. A. da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SILVA, R. M. A. da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WHARTA, E. J.; SILVA, E. L.; BEJARANO, N. R. R. Cotidiano e Contextualização no ensino de Química. **Química nova na escola**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 84-91, 2013.